

Construindo uma Paz Duradoura através do Diálogo Nacional Inclusivo em Moçambique

Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique
Nova Iorque, 23 de Setembro de 2026

Sua Excelência Omar Hilale, Embaixador do Reino do Marrocos e Presidente
da Comissão de Construção de Paz das Nações Unidas
Senhor Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal
Senhora Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique
Senhores Ministros do Governo da República de Moçambique
Senhor Embaixador de Moçambique junto das Nações Unidas
Senhor Embaixador de Moçambique nos Estados Unidos da América
Senhores Embaixadores junto das Nações Unidas, aqui presentes
Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República
Senhor Secretário de Estado do Ambiente,
Caros Oradores,
Minhas Senhoras, e
Meus Senhores

Saudação

Permitam-me que inicie esta intervenção agradecendo as Nações Unidas, através do Presidente da Comissão de Construção da Paz, Sua Excelência Omar Hilale, pela realização deste evento.

Moçambique reconhece o papel das Nações Unidas desde os primórdios do processo da independência nacional. Nos anos 1950 e 1960, o Doutor Eduardo Chivambo Mondlane, sociólogo e político moçambicano, então alto funcionário das Nações Unidas fundou a FRELIMO, o movimento que libertou Moçambique do domínio colonial português.

Alcançada a independência nacional em 1975, as Nações Unidas desempenharam um papel fundamental sobretudo na implementação do Acordo Geral de Paz que pôs termo a duas décadas de conflito armado entre o Governo e a RENAMO, através da Operação de Paz em Moçambique (ONUMOZ).

Este evento reafirma o compromisso de Moçambique no aprofundamento da parceria estratégica não só com a Comissão de Construção da Paz (PBC)

assim como com outras agências do sistema das Nações Unidas, que nos têm apoiado no desenvolvimento do nosso país.

Saudamos os Chefes de Estado e de Governo, cuja presença confere um elevado significado a este evento. Estendemos as nossas saudações aos chefes das missões diplomáticas e demais participantes de quem esperamos frutuosas contribuições em prol da paz em Moçambique, em África e no mundo.

Excelências,

O mundo vive hoje um momento em que o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável tem sido prejudicado por conflitos armados, tensões políticas sobretudo através da violência eleitoral.

A violência eleitoral tornou-se uma prática frequente não apenas em países africanos. Mesmo em países com longa experiência de democracia, assistimos a actos de violência antes, durante e depois de eleições.

Vimos isso no Quénia em 2017, no Brasil em 2018 e 2022, aqui mesmo nos Estados Unidos em 2021 e 2024, no nosso próprio país Moçambique em 2024, na Tanzania em 2025, só para citar alguns exemplos.

A situação de Moçambique torna-se um caso notável na medida em que a violência eleitoral é um fenómeno recorrente desde a introdução do sistema multipartidário em 1990. Desde essa altura, realizámos sete eleições gerais (1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019, 2024); seis eleições municipais (1998, 2003, 2008, 2013, 2018, 2023); quatro eleições para as assembleias provinciais (2009, 2014, 2019, 2024).

Em todos estes processos, sempre que terminam as eleições registam-se incidentes de violência eleitoral com consequências mais ou menos graves de perda de vidas humanas, destruição de bens públicos e privados, prejuízos económicos e instabilidade social.

Antes das últimas eleições a 9 de Outubro de 2024, a violência pós-eleitoral era geralmente promovida pelo mesmo partido da oposição, a RENAMO, o movimento que protagonizou a guerra civil de dezasseis anos e que terminou em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz na capital italiana, Roma.

No entanto, nas últimas eleições a violência eleitoral foi protagonizada por um dos candidatos, que depois de ter sido rejeitado por vários partidos acabou tendo o apoio eleitoral do Partido emergente PODEMOS.

Contrariamente aos processos eleitorais anteriores, desta vez a violência eleitoral foi desencadeada muito antes do anúncio e proclamação dos resultados eleitorais.

Moçambique é um país extenso, com zonas de difícil acesso e a contagem dos votos de eleições gerais é feita manualmente, o que leva vários dias ou mesmo semanas até que todos os resultados das mesas de voto sejam devidamente contabilizados e centralizados, por assembleia de voto, distrito e província e apuramento nacional.

Nos processos anteriores, a tensão pós-eleitoral acontecia depois do anúncio e proclamação dos resultados eleitorais. Estranhamente, desta vez, o referido candidato autoproclamou-se vencedor no mesmo dia da votação, mesmo quando a contagem dos votos acabava de iniciar.

Através de **lives** transmitidas em vídeo, áudio e *posts* pelas plataformas digitais nas redes sociais, à partir de lugar incerto, o referido candidato derrotado foi repetindo a sua mensagem de uma suposta vitória naquilo que ele chamava de verdade eleitoral, durante seis meses (Outubro 2024 a Março 2025) mergulhando o Moçambique num verdadeiro terror e caos.

Sem sombra de dúvidas, a auto proclamação antecipada da suposta vitória fazia parte de uma estratégia bem montada para o assalto do poder através da violência centrada na destruição de alvos estratégicos da economia, das instituições de Estado, forças de defesa e segurança, membros de partidos adversários, líderes comunitários e pessoas que não alinhassem a onda de violência.

Em algumas zonas, a onda de violência envolveu grupos de milícias locais (*Napharamas*) os quais munidos de armas brancas e actuando sob a crença de superpoderes mágicos promoviam a desobediência pública a autoridade do Estado incluindo confrontação às forças de defesa e segurança.

Minhas Senhoras
Meus Senhores,

A violência eleitoral de 2024/2025 em Moçambique país atingiu proporções nunca antes vistas, quer em termos de abrangência territorial, quer no alto nível de prejuízos humanos e materiais, e também em termos da sua longa duração.

A mobilização massiva de jovens das zonas rurais e suburbanas para as cidades capitais deixou claro que existia um plano contra o Estado minuciosamente coordenado e financiado por agentes internos e externos.

Neste aspecto, a violência eleitoral que aconteceu em Moçambique não pode ser vista como um fenómeno espontâneo isolado. Ela teve muita semelhança com a violência eleitoral vivida noutros países da região da África Austral sobretudo na vizinha República Unida da Tanzânia nas eleições que tiveram lugar no mesmo mês de Outubro do ano passado

Fazendo uma análise profunda, o cenário de violência injustificada vivida em Moçambique e na Tanzânia é consistente com algumas teorias que defendem que em África, sobretudo em países governados pelos partidos libertadores (neste caso FRELIMO em Moçambique, e CCM na Tanzânia), o *regime change* ou a alternância ao poder só pode ser alcançada através da desordem, seja ela em forma de violência armada, manifestações ilegais, corrupção ou outras formas de subversão da própria democracia.

A obra intitulada ***Africa Works: Disorder as a Political Instrument*** publicada em 1999 por dois filósofos franceses, Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz, é bastante representativa deste pensamento.

Mas existem também visões mais progressistas que, a nosso ver, nos podem ajudar na consolidação do sistema democrático nos nossos países. Referimo-nos, por exemplo, ao pensamento da filósofa espanhola Cristina Lafon que, na sua obra ***Democracy without Shortcuts*** (2020), (i.e. Democracia sem Corta Matos), defende que a democracia não se alcança com corta-mato ou atalhos; a democracia não deve ser forçada por pessoas que dela procuram se apropriar a qualquer custo para atingir o poder o mais rapidamente possível, usando o nome do povo.

Julgamos que esta cientista, Cristina Lafon, está correcta no sentido de que a construção e sustentação de uma sociedade democrática legítima dependem necessariamente do envolvimento contínuo e participativo dos cidadãos.

Porque a democracia e os princípios que a definem em especial os processos eleitorais buscam alcançar consensos ou políticas públicas justas através do diálogo permanente, franco, sincero e honesto com a participação dos cidadãos.

O diálogo nacional mais amplo permite o debate público mais abrangente e a transformação gradual dos corações e das mentes para uma sociedade mais pacífica, harmoniosa, justa e reconciliada.

Minhas Senhoras
Meus Senhores

Assumi a presidência do meu país neste contexto de polarização política e alta tensão pós-eleitoral. Mas como já me referi antes, a violência política e até militar em Moçambique não é algo novo que começou neste mandato.

No nosso país, o processo de transição para a democracia multipartidária desde o seu início na década de 1990 sempre foi acompanhado por momentos de tensão político-militar tanto nas eleições gerais como nas eleições locais.

Pessoalmente vivi momentos de tensão e violência política mesmo quando exercia funções em ambiente mais local nos municípios, nos distritos e nas províncias, nas três regiões do país Centro, Norte e Sul. Sempre acreditei que os conflitos só podem terminar com sucesso através do diálogo.

Foi este espírito de um diálogo aberto, inclusivo e reconciliatório que me moveu na campanha para as eleições de 2024 e que culminou com a minha eleição como o quinto Presidente da República de Moçambique.

Como descrevo no meu livro biográfico ***‘Do Cativo à Presidência da República’*** eu passei momentos de grande provação e sofrimento devido a guerra dos dezasseis anos. Por isso, sempre sonhei com um Moçambique de verdadeira paz e seguro, um país reconciliado, um país politicamente estável, um país economicamente próspero e tecnologicamente avançado.

Como defendia Nelson Mandela *‘não há desenvolvimento sem paz e não há paz sem desenvolvimento’*. Paz e desenvolvimento são dois elementos intrinsecamente ligados, duas faces da mesma moeda, uma influencia a outra e vice-versa.

Felizmente, Moçambique é um país de imensas potencialidades, com grandes vantagens comparativas na região, uma terra de oportunidades infinitas, mas que precisa de paz e segurança para poder se desenvolver.

Esta é a convicção que me move, esta é a visão que orienta o pacto e o compromisso que assumi de liderar o povo moçambicano na implantação das bases rumo à independência económica.

Por isso, logo no dia da minha investidura como o quinto Presidente da República de Moçambique reiterarei que na minha qualidade de Chefe Estado a minha primeira prioridade é restaurar a paz e harmonia entre os moçambicanos.

Jurei que não iria descansar sem que restabelecesse a confiança entre os moçambicanos, entre os governantes e o povo, através de um diálogo permanente e mais amplo com todas as forças vivas aos diferentes níveis da sociedade.

Foi assim que lancei a iniciativa do Diálogo Nacional Inclusivo. O objectivo último desta iniciativa é alcançar uma paz efectiva e sustentável, quebrar o ciclo vicioso da violência e instabilidade política.

É fazer com que Moçambique deixe de ser conotado como um país da guerra, da violência e da desgraça e passe a ser visto naquilo que do melhor possui. Um povo acolhedor e pacífico, um país rico e atrativo para se viver e para se investir.

Através do Diálogo Nacional Inclusivo pretendemos garantir que as reformas a serem introduzidas para acelerar o desenvolvimento do país resultem de uma ampla deliberação popular e não de decisões tecnocráticas tomadas nos gabinetes, muitas vezes desfasadas do país real.

Minhas Senhoras
Meus Senhores,

Na sua concepção e natureza, o Diálogo Nacional Inclusivo representa uma evolução qualitativa em relação aos processos anteriores, em que os acordos foram sempre negociados somente entre os dois antigos beligerantes – FRELIMO (Governo) e RENAMO (oposição).

O Presidente da República exerce o papel de liderança conjuntamente com os líderes dos nove (9) partidos que a 5 de Março de 2025 subscreveram o compromisso político para um Diálogo Nacional Inclusivo em Moçambique.

Os subscritores do compromisso são partidos com assento parlamentar (FRELIMO, PODEMOS, RENAMO, MDM) e local nas assembleias provinciais ou municipais (Nova Democracia, PAHUMO, Revolução Democrática, PARENA e PARESO).

Depois de subscrito pelos nove partidos, o compromisso foi aprovado por consenso pelo Assembleia da República (que é o parlamento moçambicano) através da Lei 1/2025, de 11 de Abril, assegurando a integração do diálogo no ordenamento jurídico moçambicano e reforçando a segurança jurídica do processo.

O actual processo de Diálogo Nacional Inclusivo assenta num modelo mais abrangente, mais inclusivo e mais aberto a todos os actores da sociedade moçambicana o que contribui para o fortalecimento da confiança do povo na defesa do interesse nacional.

Os presidentes dos 9 partidos asseguram a liderança política do processo onde as decisões são tomadas na base de consenso. Para operacionalização do processo criamos uma Comissão Técnica (COTE) de 21 elementos, sendo 2 de cada partido subscritor e mais 3 elementos da sociedade civil.

Os dois membros da Comissão Técnica (Edson Macuacua Presidente e o Ismael Mussá membro representando a sociedade civil) vão-nos apresentar o panorama geral do processo em curso no país e na diáspora.

Os cidadãos ou organizações têm estado a canalizar as suas contribuições a Comissão Técnica, fisicamente ou online. E o volume das contribuições é impressionante. Foram constituídos dez (10) grupos temáticos abarcando diversas matérias relativas a reforma constitucional, legislação eleitoral, questões económicas, de governação entre outros.

O que podemos dizer é que, como resultado directo do Diálogo Nacional Inclusivo, Moçambique voltou a viver momentos de estabilidade e a retoma da vida normal das instituições e dos cidadãos em geral.

Olhando para as contribuições recolhidas pela Comissão Técnica, pode-se visualizar três cenários das reformas que os moçambicanos pretendem ver concretizadas para a paz e estabilidade política e desenvolvimento sustentável do país, nomeadamente:

Cenário 1: Reforma Profunda;
Cenário 2: Reforma Moderada e
Cenário 3: Continuidade

O diálogo continua e acreditamos que, através deste processo, os moçambicanos saberão escolher em consciência e de forma livre o cenário que melhor responde aos seus anseios actuais e para as gerações vindouras.

Esperamos que no período dos dois anos da duração do processo, o país possa introduzir as reformas necessárias nas áreas identificadas para a estabilização definitiva da situação política e a consolidação de uma paz duradoira, condição para sine qua non do desenvolvimento de Moçambique.

Minhas Senhoras
Meus Senhores

Não posso terminar sem fazer referência ao terrorismo em Cabo Delgado, região onde decorrem grandes projectos de gás natural, na sequência da descoberta de imensas reservas deste recurso estratégico em 2010.

Estes mega-projectos são liderados por multinacionais como a Italiana Eni, a francesa Total e a americana ExxonMobil e os investimentos poderão atingir cerca de 50 biliões de dólares americanos na fase de produção. A sua entrada em funcionamento pleno vai alavancar o desenvolvimento económico, social e cultural do país.

Mas Moçambique, na região, já se afirma um importante player no sector do gás com os projectos da Sasol na província de Inhambane, assim como de minerais críticos incluindo carvão, grafite, areias pesadas e outros em diferentes pontos do país.

Por isso, o combate ao terrorismo continua a ser um desafio para que o nosso país reforce a confiança para os investidores não só no sector de petróleo e gás, como também em outras áreas como a agricultura e o turismo, porque o potencial do país nestas áreas é grande.

Os terroristas foram expulsos das vilas e aldeias que haviam ocupado e as empresas que haviam abandonado têm estado a retomar as suas actividades. O exemplo é da multinacional **TotalEnergies** que já levantou a força maior enquanto a **ExxonMobil** está a prepara a decisão final de investimento.

Mas os terroristas continuam a protagonizar ataques isolados em pequenos grupos por vezes fazendo incursões esporádicos nas províncias vizinhas de Nampula e Niassa.

Porém, apesar da redução dos ataques graças à acção vigorosa das nossas forças de defesa e segurança, a prevalência do terrorismo e dos seus efeitos de destruição e trauma social das famílias exige a continuação de esforços do Governo e parceiros.

Considerações Finais

Minhas Senhoras
Meus Senhoras,

Ao organizarmos este evento, quisemos, por um lado, partilhar a experiência da recente experiência de construção da paz através do modelo do Diálogo Nacional Inclusivo que tem ajudado Moçambique a resgatar a paz, a confiança e a reconciliação nacional.

Por outro lado, quisemos trazer para centro de reflexão internacional da questão da violência eleitoral que mina a consolidação da democracia e o desenvolvimento dos países. É fundamental que aqueles que fomentam e financiam a violência eleitoral como mecanismo do *regime change* apostem mais no diálogo.

O melhor caminho é reforçar dos mecanismos de *check and balance*, fortalecimento das organizações da sociedade civil que verdadeiramente buscam maior participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e não aqueles que manipulam os princípios democráticos para atingir o poder com recurso à violência, ao ódio e a subversão.

Moçambique está firme e aberto a fortalecer as parcerias a nível bilateral e multilateral, nos blocos regionais, continentais e no concerto das Nações, através do sistema das Nações Unidas.

Reiteramos a necessidade do apoio aos esforços de Moçambique no combate ao terrorismo e na conclusão com sucesso do Diálogo Nacional Inclusivo para que o nosso povo possa viver uma paz plena rumo ao desenvolvimento sustentável e prosperidade.

Muito obrigado

Vamos trabalhar

Nova Iorque, 23 de Setembro de 2026